

# Delimitações introdutórias

Antonio Cesar de Almeida Santos<sup>1</sup>

Com o objetivo de alcançar uma melhor compreensão das sociedades ibéricas e ibero-americanas no contexto da Ilustração, integrantes do Grupo de Pesquisa Cultura e Educação nos Impérios Ibéricos (CEIbero) estão investigando os usos e os significados que foram conferidos a determinadas palavras por sujeitos pertencentes à cultura escrita daquelas sociedades, ressaltando que, até o momento, tem sido privilegiado o universo da língua portuguesa. Em vista desse objetivo, trabalhamos com a hipótese de que o vocabulário de uma determinada sociedade permite acesso à “realidade histórica” dessa mesma sociedade, como é possível verificar, por exemplo, em estudo que Francisco Ortega realizou sobre as transformações do sentido da palavra colônia no “século XVIII iberoamericano”, indicando que sua intenção foi a de “aclarar o que entendiam os atores do período ao enunciá-la” (Ortega, 2011, p. 12). Com preocupação semelhante, Nuria Soriano Muñoz analisou o termo imparcialidade, apontando para a “importância social” do vocabulário do “século das Luzes” espanhol, pois o estudo de “conceitos característicos” de uma época, “além de propor novas perspectivas para compreender os problemas históricos, permite ao historiador traçar laços de coesão social entre os grupos que os utilizavam com um mesmo significado” (Soriano Muñoz, 2018, p. 203-204).

---

<sup>1</sup> Doutor em História; professor da Universidade Federal do Paraná. [acsantos@ufpr.br](mailto:acsantos@ufpr.br)

Para os estudos que propomos realizar, pretendemos utilizar alguns procedimentos metodológicos inspirados na História dos Conceitos alemã (*Begriffsgeschichte*), ainda que nosso objetivo não seja o de produzir uma história de conceitos (ou de palavras) cujos significados elaborados em determinada época chegaram até nós, participando da construção de nossa modernidade, como na proposta desenvolvida por Reinhart Koselleck. Ou seja, não pretendemos produzir, em sentido estrito, as histórias de um conjunto de palavras, expondo e discutindo “a estratificação” dos seus significados em diferentes épocas (Koselleck, 2006a); nossa intenção é a de, conforme indicado por Quentin Skinner, “estudar a história dos usos que se dava a essas palavras nas argumentações” que estavam sendo elaboradas pelos sujeitos que viviam em determinados contextos linguísticos e sociais (Fernández Sebastián, 2006, p. 250).

Método, ciência, disciplina, razão, civil, civilização, letrado, curioso, curiosidade, decore, útil, utilidade, instrução, educação são palavras que, entre outras, ocupam significativo espaço na documentação do século XVIII português, aparecendo na legislação em geral, em papéis administrativos de várias instâncias, em papéis privados, na produção intelectual de cunho moral e político, dentre outras espécies de materiais manuscritos ou impressos. Conhecemos os significados atuais destas palavras e as utilizamos em nossa linguagem cotidiana ou em situações mais especializadas, demonstrando que possuímos uma relativa segurança ao empregá-las; isto quer dizer que, no geral, sabemos o que elas, hoje, significam. Mas, ainda que seja possível estabelecer o momento no qual elas ingressaram em nosso léxico, ou seja, no repertório de termos que fazem parte da nossa língua (a portuguesa), nem sempre é fácil determinar os seus usos e significados pretéritos, mesmo com a consulta a dicionários de época: Bluteau, por exemplo, fixou significados usuais no século XVII e anteriores, mas nada garante que as palavras que ele registrou em seu

*Vocabulário português e latino*<sup>2</sup> mantiveram os mesmos sentidos no decorrer do século XVIII.

Dada a ocorrência de transformações de significados das palavras no decorrer do tempo, nós, historiadores, enfrentamos de modo recorrente a tarefa de saber que sentido determinado termo possuía no momento em que foi inscrito no documento com o qual estamos trabalhando; ou seja, sempre nos defrontamos (ou devíamos nos defrontar) com a tarefa de saber o que o autor/a autora do documento que está sendo interpretado estava querendo dizer ao empregar determinada palavra. Por exemplo, o que significava moderno para um teólogo, no século XVI? Nelson Mello e Souza, ao abordar a trajetória semântica da palavra moderno (e de termos dela derivados), indica que, até o século XVII, ela detinha um “caráter negativo”, sendo utilizada para designar os “defensores de heresias”, ou os “críticos do Papado”. Mas, “a partir do século XVIII”, a palavra moderno consolidou uma inflexão positiva, que vinha sendo construída desde o século anterior; moderno passou a possuir um “sentido de ruptura em relação ao passado dogmático”, e a palavra foi utilizada para designar uma época histórica “muito melhor em relação a tudo que existira” (Souza, 1994, p. 24-26). Uma mesma palavra e dois significados completamente distintos, os quais só podem ser alcançados se considerarmos os seus contextos de utilização.

Situação semelhante ocorreu com a palavra tirania. Jonathan Israel, ao tratar do contexto político inglês face às ideias do “Iluminismo radical” e das “revoluções” do século XVIII, mostra que “a palavra e o conceito de ‘tirania’ tiveram seus significados claramente

---

<sup>2</sup> O *Vocabulário* de Bluteau é composto por 8 tomos, publicados entre 1712 e 1721, e mais 2 volumes suplementares, publicados em 1727 e 1728. Os volumes apresentam uma numeração de páginas singular, pois cada letra aparece como se fosse um fascículo: o segundo tomo, por exemplo, contém palavras iniciadas pelas letras B e C; as iniciadas com a letra B ocupam páginas numeradas de 1 a 216 e, em seguida, aparecem as palavras iniciadas pela letra C, em páginas numeradas de 1 a 654.

modificados ao serem utilizados pela política europeia e pela alta cultura na década de 1760 e 1770”. A mudança de significado estaria ligada a transformações relacionadas ao exercício do poder régio: no lugar de se considerar que os soberanos “eram livres para agir como quisessem”, passou-se a entender que “nenhum governante tinha o direito de fazer qualquer coisa que não fosse para o bem da sociedade”. Nesta visão, “a tirania estava praticamente em todo lugar”, significando tudo aquilo que não fizesse parte “do melhor interesse do povo” e, como tal, deveria ser combatida de todas as formas possíveis. Antes desta acepção, a palavra tirania era empregada para designar o uso de “regras legalmente irrestritas que violavam procedimentos constitucionais previamente estabelecidos”, restringindo “privilégios e direitos legalmente definidos, especialmente os dos nobres, clérigos e corporações da cidade”, o que conferia ampla liberdade aos soberanos, “desde que observassem as leis fundamentais de seus reinos” (Israel, 2013, p. 90-92). Novamente, se nos interessar saber o que a palavra tirania significava para aquele que a empregou em dado documento, precisamos determinar o contexto de sua utilização, na medida em que seu utilizador poderia querer expressar algo distinto daquilo que acreditamos que ele quis manifestar.

Ainda seguindo com exemplos, Melvin Richter, em determinada ocasião, fez alguns comentários sobre o termo comparação. Trata-se de uma situação que merece ser apresentada aqui especialmente por causa de seu enfoque metodológico, que utiliza pressupostos da *Begriffsgeschichte*. O interesse de Richter era o de saber “se o significado de ‘comparação’ nos dias de hoje é o mesmo daquele do século XVIII”. Seu questionamento tinha como hipótese considerar que “as pessoas tendem a supor que este é um conceito transparente, que é relativamente estático, e que as pessoas no século XVIII, na medida em que também praticavam a comparação, estavam fazendo quase as mesmas perguntas que hoje fazemos”. A partir desta indagação, Richter procurou, na *Enciclopédia*, algum vestígio sobre a definição do

termo. A entrada “comparação” aparecia em dois registros: “um desses verbetes pertencia ao ramo da retórica” e o outro “estava classificado como filosófico-lógico”, apresentando

[...] uma teoria filosófica da “comparação”, que havia sido adaptada do *Essay on Human Understanding* de John Locke, em que esse autor classifica a “comparação” como uma das operações básicas da mente humana. Isso me deu uma compreensão inteiramente diferente daquilo que as pessoas no século XVIII estavam fazendo quando diziam que comparavam (apud Feres Jr.; Oieni, 2006, p. 122).

Partindo destes comentários iniciais, apresentamos a seguir alguns pontos da abordagem que estamos construindo para a elaboração deste *Glossário de termos do Mundo Ibérico setecentista*. Em linhas gerais, desejamos identificar os significados que certas palavras detinham nos contextos em que foram utilizadas, uma tarefa que, além de estar voltada a decifrar o significado de palavras (algumas delas em desuso, nos dias atuais), também propiciará uma melhor compreensão da sociedade em que tais significados foram construídos.

Não obstante algumas ressalvas, nosso ponto de partida para a abordagem que está sendo proposta deriva, como já indicamos, de alguns procedimentos metodológicos da História dos Conceitos, conforme preconizada por Reinhart Koselleck. Mesmo considerando que “todo conceito se prende a uma palavra, mas nem toda palavra é um conceito social e político”, na medida em que estes últimos “contêm uma exigência concreta de generalização, ao mesmo tempo em que são sempre polissêmicos”, as proposições de Koselleck permitem pensar na possibilidade de se construir histórias de palavras, assim como de conceitos, na medida em que ele também reconhece que “o sentido de uma palavra pode ser determinado pelo seu uso” (Koselleck, 2006a, p. 108 e 109). Esse aspecto é essencial para a abordagem proposta e, nesse sentido em especial, também levamos em conta alguns enunciados do chamado “nominalismo radical” de

Ludwig Wittgenstein, apesar das evidentes diferenças entre as suas posições e as de Koselleck, em vista dos interesses de um e de outro. A propósito das ideias de Wittgenstein, Marcos Bagno (2013, p. 127) defende que “não há possibilidade de experiência-conhecimento fora da linguagem, que nos constitui. O conceito-palavra, isto é, o signo, é uma forma de vida (*Lebensform*) decorrente da atividade (*Tätigkeit*) daqueles que a empregam”. Pode-se dizer que Bagno utiliza-se de outras palavras para dizer algo semelhante ao que o padre Rafael Bluteau enunciou no início do século XVIII, no Prólogo [ao Leitor pseudocrítico] de seu *Vocabulário português e latino*:

Para o uso das palavras, não há autores mais graves que os mestres do ofício de que são as palavras. Que querias? Que para palavras próprias do ofício do Sangrador ou Barbeiro, puxasse por autoridades da *Arte de Reinar* de Parada, ou do Autor da *Brachilogia dos Príncipes*? [...] Não me arrependo do tempo que levou esta curiosidade: sem exemplos de autores, cada dia se formaria dúvidas sobre o significado e uso de muitas das palavras deste Vocabulário (Bluteau, 1712, t.1, s/p; itálicos no original).

Apesar das peculiaridades de cada uma das posições apontadas acima, existe uma congruência em relação à importância de se considerar o uso dado às palavras quando o interesse é decifrar o sentido que lhes é conferido. A propósito, Elias José Palti redigiu um interessante trabalho sobre os usos das palavras *pueblo* (singular) e *pueblos* (plural), durante as Cortes de Cádiz (1810-1814), por espanhóis europeus e americanos, procurando mostrar, em linhas gerais, como ocorreu uma inversão nos sentidos atribuídos àqueles dois termos pelos grupos que disputavam suas posições naquele contexto; assim, *pueblo* aparecia ligado a uma concepção moderna de nacionalidade, expressa por um conceito de nação única e indivisível, como estava sendo defendida pelos liberais espanhóis. Ao contrário, os colonos americanos defendiam uma concepção de soberania assentada na noção de *pueblos*, que implicava considerar as diferentes formas de

agrupamentos sociais na definição de uma nacionalidade (ver Palti, 2005). No entanto, as “novidades introduzidas em Cádiz” encontravam uma forte resistência dos representantes das “províncias ultramarinas”, que manifestavam “uma conjunção de modernidade política e arcaísmo social que se expressa na hibridez da linguagem política que superpõe referências culturais modernas a categorias e valores que remetem claramente a imaginários tradicionais” (Palti, 2007, p. 63).

Retomemos, porém, a discussão de certos procedimentos concernentes à *Begriffsgeschichte*. Conforme Koselleck, caso queiramos articular a carga semântica de dados conceitos (ou palavras) a uma realidade histórica, é necessário atender a uma “exigência metodológica mínima”, qual seja, a de procurar “compreender os conflitos sociais e políticos do passado por meio das delimitações conceituais e da interpretação dos usos da linguagem feitos pelos contemporâneos de então”. Nesse sentido, parece interessante considerar que

A história dos conceitos é, em primeiro lugar, um método especializado da crítica de fontes que atenta para o emprego de termos relevantes do ponto de vista social e político e que analisa com particular empenho expressões fundamentais de conteúdo social ou político. É evidente que uma análise histórica dos respectivos conceitos deve remeter não só à história da língua, mas também a dados da história social, pois toda semântica se relaciona a conteúdos que ultrapassam a dimensão linguística (Koselleck, 2006a, p. 103).

Sandro Chignola (2015, p. 34) aponta que essa História dos Conceitos requer a elaboração de “uma teoria geral” que oriente as operações necessárias para se capturar o sentido “do desenvolvimento diacrônico do vocabulário político e social” de uma sociedade. Como já indicado, a *Begriffsgeschichte* propõe uma ação retrospectiva, que busca compreender como se formaram os significados de conceitos sociais e políticos atualmente em uso; assim, “a partir da investigação de significados passados, tanto a história dos termos quanto a dos conceitos conduz à fixação desses significados sob a nossa perspectiva

contemporânea” (Koselleck, 2006a, p. 104; ver também Koselleck, 2012). De nossa parte, a “teoria geral” da abordagem que está sendo proposta considera que os significados das palavras são produzidos por aqueles que delas se utilizam em contextos determinados, levando-se em conta a observação formulada por Quentin Skinner em estudo sobre Hobbes: “para entender e interpretar seus textos, sugiro que precisamos reconhecer a força da máxima segundo a qual palavras também são atos”. Skinner refere-se a proposições de Wittgenstein, acrescentando que “precisamos nos colocar em uma posição que nos permita captar que tipo de intervenção os textos de Hobbes podem ter constituído” (Skinner, 2010, p. 14-15).

Retomando alguns aspectos da História dos Conceitos, Mario Molano Vega (2015, p. 170) afirma que para empregá-la é preciso levar em conta “quem fala, em que contexto e com qual intencionalidade”. Além desta recomendação – que, sem dúvida, deve ser observada – parece necessário agregar a ela três “tarefas”, que Daniel Little considera essenciais para a obtenção de bons resultados com essa metodologia: “[1] identificar os conceitos que são, ou possíveis, ou necessários em caracterizar a história; [2] localizar esses conceitos dentro de um contexto de discursos e conflitos sociais e políticos do período temporal; e [3] avaliar criticamente vários desses conceitos pela sua utilidade na análise histórica”. Daniel Little destaca ainda que a proposta metodológica da *Begriffsgeschichte* encaminha-se na direção de “uma tentativa rigorosa de descobrir os significados e usos desses conceitos em seus contextos históricos” (Little, 2016, p. 15-16). Como se percebe, estas orientações apontam para a possibilidade de decifrar os significados conferidos a determinadas palavras em seus contextos de utilização e de buscar uma melhor compreensão da sociedade em que as mesmas foram utilizadas.

Em termos metodológicos, Koselleck indica que



[...] a investigação de um conceito não deve ser conduzida exclusivamente do ponto de vista semasiológico, restringindo-se aos significados das palavras e às suas modificações. [...] acima de tudo, a história dos conceitos deve alternar entre a abordagem semasiológica e a onomasiológica. Isso significa que ela deve registrar as diferentes designações para os fatos (idênticos?), de forma que seja possível explicar o processo de cunhagem dessas designações em conceito (Koselleck, 2006a, p. 111).

Assim, devemos estar atentos para os distintos significados que uma determinada palavra pode possuir e, ao mesmo tempo, para aqueles outros termos ou expressões que são utilizados em substituição a ela. Neste aspecto em particular, a estratégia de buscar, nos mesmos contextos linguísticos, termos opostos àqueles de que interessa apreender seus significados também pode mostrar-se bastante proveitosa para a elucidação dos sentidos conferidos às palavras. A propósito, Fátima Ferreira (2011, p. 33), em estudo sobre o conceito de ordem, refere-se a “uma tendência antiga na semântica do vocábulo: a sua contraposição dicotômica a um vocábulo oposto, em um percurso que passa pela oposição à desordem, à anarquia e à revolução”. Esta situação também pode ser percebida, por exemplo, na confrontação de termos utilizados para designar a “incivilidade” daqueles que se quer “cristianizar e civilizar”: palavras como “gentilidade” e “barbaridade” e expressões como “abomináveis costumes do paganismo” e “ignorância e rusticidade”, dentre muitas outras, como encontrado no *Directorio que se deve observar nas povoações dos índios do Pará e Maranhão (1758)*, mostram o(s) sentido(s) que estava(m) sendo atribuído(s) à palavra civilizar.

A outra orientação teórica que contribui para a abordagem que está sendo proposta para identificar os significados que certas palavras detinham nos contextos em que estavam sendo utilizadas é aquela elaborada por Quentin Skinner. Em linhas gerais, Marcos Antônio Lopes aponta que a metodologia de Skinner fundamenta-se na “relação texto/contexto” e nas noções de “intencionalidade autoral”, “atos do

discurso” e “vocabulário normativo de uma época” (Lopes, 2002, p. 16). O chamado contextualismo linguístico, portanto, considera essencial “levar em conta o contexto intelectual” em que os textos foram concebidos, o que significa analisar “a natureza e os limites do vocabulário normativo disponível em qualquer época dada” (Skinner, 1996, p. 10). A abordagem de Skinner também está assentada, como indicado, na identificação da “intenção” que um autor teve quando realizou um ato linguístico, ou seja, um proferimento: o que o autor quis dizer com aquilo que disse (para nós, trata-se de averiguar o que determinado autor quis manifestar quando registrou em seu(s) textos(s) uma certa palavra). Para determinar essa intenção é essencial a reconstrução do contexto de produção (e de utilização) de um determinado vocabulário, responsável pela expressão das ideias que o autor quer comunicar. Nos termos de Skinner, a intenção será alcançada por intermédio da identificação da “força ilocutória” que o autor imprimiu (ou quis imprimir) ao seu texto (que é a expressão de sua intenção): “A forma como [John L.] Austin normalmente coloca a questão é dizer que quando ‘entendemos’ a força ilocutória de uma afirmação isso significa compreender aquilo que seu autor ‘estava a fazer’ ao exprimir-se daquela maneira” (Skinner, 2005, p. 139).

Pierre Rosanvallon entende que esse tipo de abordagem requer que o historiador volte sua atenção para uma multiplicidade de documentos, capazes de descortinar a “mentalidade de uma época”, ou seja, ao lado de obras canônicas, devemos voltar nossa “atenção às obras literárias, à imprensa e aos movimentos de opinião, panfletos e discursos parlamentares, emblemas e signos” (Rosanvallon, 2010, p. 45). Nesse sentido, para se entender um dado texto, ou melhor, os significados das palavras nele contidas é preciso considerar que elas estão sendo endereçadas a um público contemporâneo àquele que fez uso delas. Ou seja, as palavras utilizadas em um texto serão recebidas por leitores que conhecem os seus significados. Aliás, “as novidades linguísticas sempre devem legitimar-se de acordo com as linguagens

pré-existentes”, para permitir que os novos significados sejam “compreensíveis e articuláveis dentro do vocabulário disponível” (Palti, 2005, p. 336). Assim, é interessante considerar que as pesquisas em História dos Conceitos preconizam grande atenção para “a leitura de enciclopédias, léxicos e dicionários do período do qual se está tratando” (Richter, 2006, p. 122). Mas, não obstante considerarmos válida esta indicação, tomando-a como um ponto de partida para a investigação pretendida, compartilhamos da ressalva apresentada por Francisco Ortega (2011, p. 14):

[...] apesar da continuidade de aceções admitidas em dicionários de época constituírem uma evidência importante, ela não é concludente. Os dicionários são fontes pouco indicadas para explorar alterações e transformações semânticas, em especial aquelas que têm relação com temas proibidos.

Os verbetes que compõem este Glossário permitem acompanhar a utilização e significados de diferentes palavras no contexto de uma cultura letrada portuguesa (ibérica, almejamos) do século XVIII e do início do século XIX, demonstrando a pertinência desse tipo de estudo, a partir da documentação com que trabalhamos. Portanto, elucidar os usos e os significados de palavras que constituem os vocabulários de sociedades historicamente situadas propicia uma melhor compreensão destas mesmas sociedades; enfim, estamos considerando que a linguagem, além de ser reconhecida como um indicativo da “experiência social” de determinada sociedade, também é “fator decisivo para a reprodução social” (Ortega, 2011, p. 12).

Para encerrar, queremos indicar que, em termos práticos, o termo a ser escolhido para constar do *Glossário* deve se destacar na documentação com a qual se trabalha, aparecendo de maneira reiterada e com significados particulares e identificáveis. Como ponto de partida, pode-se recorrer a dicionários de época, consultando, por exemplo, o *Vocabulário* de Bluteau, o *Dicionário* de Antonio de Moraes Silva ou

outros; a confrontação entre eles torna possível verificar a ocorrência de permanências e/ou mudanças semânticas do termo proposto. Essencial, porém, é a análise da documentação produzida no período (quanto maior a variedade documental, melhor), para identificar como o termo está sendo utilizado (e por quem), que significado está sendo atribuído a ele, e em que época (início, meados ou final do século). No processo de análise do termo e de redação do verbete, deve-se levar em conta uma observação de Javier Fernández Sebastián (2023, p. 55): não se pretende realizar um estudo filológico, mas sim produzir “conhecimento sobre ações, eventos e formas de vida passadas”, por intermédio do estudo do uso da linguagem por determinados sujeitos; reafirmamos, assim, nossa atenção em identificar quem utiliza determinada(s) palavra(s) ou expressão, em que contexto e com que intencionalidade (Molano Vega, 2015, p. 170).

## Referências

BAGNO, Marcos. Quanto cabe num conceito? Breve excursus etimológico. In: HARDY-VALLÉE, Benoit. *Que é um conceito?* São Paulo: Parábola, 2013, p. 121-127.

BLUTEAU, Rafael. *Vocabulario portuguez e latino*. Coimbra: no Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712, Tomo 1.

CHIGNOLA, Sandro. Diferencia y Repetición. Otto Brunner, Reinhart Koselleck, la historia conceptual. *Conceptos Históricos*, n. 1, p. 18-38, 2015.

DIRETÓRIO que se deve observar nas povoações dos índios do Pará e Maranhão (1758) apud SILVA, António Delgado da. *Collecção da Legislação Portuguesa desde a última Compilação das Ordenações*: Legislação de 1750 a 1762. Lisboa: Typografia Maigrense, 1830, p. 541-564.

FERES Júnior, João; OIENI, Vicente. Entrevista com Melvin Richter (junho de 2004). In: JASMIN, Marcelo Gantus; FERES Júnior, João (Orgs.). *História dos conceitos* : debates e perspectivas. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; Edições Loyola; IUPERJ, 2006, p. 111-124.

FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier. Historia intelectual y acción política: retórica, libertad y republicanismo. Una entrevista com Quentin Skinner. *Historia y Política*, n. 16, p. 237-258, 2006.

FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier. *História conceitual no Atlântico ibérico*: linguagens, tempos, revoluções. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Editora Hucitec, 2023.

FERREIRA, Fátima Sá e Melo. O conceito de ordem em Portugal (séculos XVIII e XIX). *Tempo*, n. 31, p. 21-33, 2011.

ISRAEL, Jonathan. *A revolução das Luzes* : o Iluminismo radical e as origens intelectuais da democracia moderna. São Paulo: EDIPRO, 2013.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado* : contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006a.

KOSELLECK, Reinhart. Uma resposta aos comentários sobre o Geschichtliche Grundbegriffe. In: JASMIN, Marcelo G.; FERES Jr., João (orgs.). *História dos conceitos* : debates e perspectivas. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; Loyola; Iuperj, 2006b, p. 97-109.

KOSELLECK, Reinhart. Historia conceptual. In: KOSELLECK, Reinhart. *Historias de conceptos* : estudos sobre semântica y pragmática del language político e social. Madrid: Editorial Trota, 2012, p. 45-48.

LITTLE, Daniel. Filosofia da História. Tradução de Thomaz Victor Conti. I2wqn: ZALTA, E. N. (Ed.). *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Winter 2016ed. [s.l.] Metaphysics Research Lab, Stanford

University, 2016, p. 15-16. URL <  
<https://plato.stanford.edu/archives/win2016/entries/history> >  
Versão PDF, acesso em 11/5/2017; disponível em <  
<https://www.researchgate.net/publication/316793270> >

LOPES, Marcos Antônio. *Para ler os clássicos do pensamento político* : um guia historiográfico. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

MOLANO VEGA, Mario Alejandro. Reinhart Koselleck, Historias de conceptos. *Conceptos Históricos*, n. 1, p. 162-181, 2015.

ORTEGA, Francisco. Ni nación ni parte integral : “colonia”, de vocablo a concepto en el siglo XVIII iberoamericano. *Prismas*, n. 15, p. 11-29, 2011.

PALTI, Elías José. Historia de ideas e historia de lenguajes políticas : acerca del debate en torno a los usos de los términos “pueblo” y “pueblos”. *Varia História*, n. 34, p. 325-343, 2005.

PALTI, Elías José. Temporalidade e refutabilidade dos conceitos políticos. In: FERES Júnior, João; JASMIN, Marcelo (Orgs.). *História dos conceitos* : diálogos transatlânticos. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; Ed. Loyola; IUPERJ, 2007, p. 59-76.

RICHTER, Melvin. Avaliando um clássico contemporâneo : o Geschichtliche Grundbegriffe e a atividade acadêmica futura. In: JASMIN, Marcelo G.; FERES Jr., João (orgs.). *História dos conceitos* : debates e perspectivas. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; Loyola; Iuperj, 2006, p. 39-53.

ROSANVALLON, Pierre. Por uma história filosófica do político. In: ROSANVALLON, Pierre. *Por uma história do político*. São Paulo: Alameda, 2010, p. 37-63.

SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SKINNER, Quentin. *Hobbes e a liberdade republicana*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

SKINNER, Quentin. *Visões da política* : sobre os métodos históricos. Algés: Difel, 2005.

SORIANO MUÑOZ, Nuria. Detrás de las palabras: usos políticos del concepto de “imparcialidad” y su función en la construcción de la historia de América en la Ilustración española. *História da Historiografia*, n. 27, 202-225, 2018.

SOUZA, Nelson Mello e. *Modernidade* : desacertos de um consenso. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

Publicado originalmente no *Glossário* em 16 de abril de 2018.

Revisado em 10 de julho de 2025.